

LEI Nº 889/2019, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

INSTITUI A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO COMPETENTE PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DIRETOS TRATADOS NO ARTIGO 102, § 1°, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSERIDO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 94/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO DE LIMA SOARES, Prefeito do Município de Juquiá, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- **Art. 1º.** Fica instituída, no âmbito do Município de Juquiá, a Câmara de Conciliação de Precatórios, competente para celebrar acordos diretos com credores de precatórios, conforme o art. 102, §1º, do ADCT, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 94/2016, e numerado do parágrafo único pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017.
- **Art. 2º.** A Câmara de Conciliação de Precatórios será coordenada pela Procuradoria do Município, e tem por finalidade compor, mediante acordo direto com credores, o pagamento de precatórios devidos pelo Município de Juquiá/SP.
- **Art. 3º.** A Câmara de Conciliação de Precatórios será composta por 5 (cinco) membros, nomeados por Decreto expedido pelo Prefeito, que indicará os membros titulares e respectivos suplentes, devendo todos fazer parte do quadro de servidores do Município.
- **Art. 4º.** À conciliação de que trata esta Lei deverão ser destinados 50% (cinquenta por cento) dos recursos de que trata o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- **Art. 5°.** Os acordos, a serem celebrados pelos titulares originais dos precatórios, seus sucessores "causa mortis" ou cessionários, observarão a redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito de precatório atualizado.
- **Art. 6°.** A Procuradoria Municipal deverá elaborar edital, devidamente publicado no site oficial da Prefeitura Municipal e em jornal de circulação regional, contendo a convocação dos credores dos precatórios do Município de Juquiá.
- § 1º. O respectivo Edital deverá prever objetivamente os créditos suscetíveis ao acordo, as regras, critérios e os padrões necessários para a celebração dos referidos ajustes, contemplando valores representados por unidade de precatório ou por credor individualizado, de acordo com os parâmetros preestabelecidos em decreto municipal e observadas as disposições legais e constitucionais.
- § 2º. O Edital deverá assegurar a plena acessibilidade a todos os credores municipais, contando com adequada divulgação, a ser feita no site oficial da Prefeitura Municipal e em jornal de circulação regional, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data sessão de conciliação, sendo vedada qualquer exigência que impeça ou dificulte a habilitação.
- § 3°. A habilitação deverá ser feita pelo advogado devidamente constituído nos autos, munido de procuração com poderes específicos para celebração do acordo e atos a ele inerentes, através de



petição protocolada ou por meio virtual, indicando a proposta de deságio de até 40% (quarenta por cento), conforme dispuser o Edital.

- § 4°. O pedido de habilitação indicará o número do precatório, o número de sua "ordem cronológica", o número do processo judicial em que foi expedido, bem como, em se tratando de certame contemplando credores individuais, o nome, qualificação e CPF dos titulares dos respectivos créditos.
- § 5°. O Edital definirá os prazos para apresentação de propostas e para os atos inerentes à habilitação.
- **Art. 7°.** A classificação dos credores habilitados observará a ordem de preferência prevista no art. 100, §§ 2° e 3°, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Nas habilitações, deverão ser comprovadas as condições de preferência, demais critérios e requisitos estabelecidos em Edital.

Art. 8º. As sessões serão realizadas nas dependências da Prefeitura ou em ambiente virtual de livre acesso, na forma prevista no Edital.

Parágrafo único. O quórum mínimo para a instalação das sessões da Câmara de Conciliação de Precatórios e para deliberação acerca das propostas de acordo será de 3/5 (três quintos) de seus membros.

- **Art. 9°.** Concluída a sessão, os integrantes da Câmara de Conciliação indicarão as propostas habilitadas, conforme os prazos e critérios previstos no Edital.
- § 1°. O resultado será publicado no site oficial da Prefeitura Municipal e em jornal de circulação regional.
- § 2°. O acordo individual poderá não produzir efeitos, se constatadas irregularidades relativas à legitimidade do habilitante ou a outros pressupostos essenciais ligados ao respectivo crédito.
- § 3°. As impugnações ou reclamações a recusa de habilitação ou indeferimento da proposta serão resolvidas pela Câmara de Conciliação, nos prazos estipulados no Edital.
- § 4°. Em caso de propositura de medida judicial contra a inabilitação ou em face da proclamação do resultado da sessão, salvo determinação judicial em sentido contrário, será reservado o valor em discussão, para não obstar a liquidação dos demais habilitantes.
- § 5°. A minuta de acordo será disponibilizada como Anexo do Edital e deverá ser protocolizada em 03 (três) vias de igual teor devidamente assinadas e acompanhadas da documentação pertinente.
- § 6°. Uma vez formalizado, o instrumento do acordo será levado à aprovação pela Procuradoria Municipal e à homologação do Prefeito.
- **Art. 10°.** Após a conclusão dos trabalhos, o resultado da sessão de conciliação será comunicada ao Tribunal competente, para as providências necessárias ao pagamento dos precatórios ou créditos individualizados.



- **Art. 11.** Caso o valor dos acordos supere os recursos depositados, os respectivos pagamentos poderão ser feitos com os valores dos depósitos mensais sucessivos.
- Art. 12. Os acordos feitos por precatório ou individualmente não poderão gerar quitação parcial.
- **Art. 13.** É vedada a celebração de acordo direto nas hipóteses de precatórios sujeitos a discussão judicial ou administrativa, ressalvada a possibilidade de desistência ou renúncia expressa.
- Art. 14. Será preservada a ordem cronológica do precatório não conciliado.
- Art. 15. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ, 04 DE SETEMBRO DE 2019.

RENATO DE LIMA SOARES Prefeito Municipal

ALAN RODRIGO DE ALMEIDA CORREA Secretário Municipal de Governo e Administração

> ADRIANO RODRIGO FERREIRA Secretário Municipal de Fazenda

IVAN RICARDO CAMARGO ADRIÃO
OAB/SP 186740
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos-Substituto